

ESTIGMAS DA ESCRAVIDÃO: O NEGRO NA OBRA DE BERNARDO ÉLIS

STIGMAS OF SLAVERY: PEOPLE OF COLOUR IN BERNARDO ÉLIS' WORK

Tereza Caroline Lôbo

Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (ICEBE)

terezacarolinelobo@gmail.com

Resumo. Este ensaio é resultado das discussões ocorridas em um dos colóquios promovido pelo Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (Icebe), em abril de 2021, cuja proposta de diálogo foi os estigmas da escravidão presentes nas obras deste único goiano imortalizado pela Academia Brasileira de Letras. Foram três os pesquisadores convidados para expor suas análises e coube à coordenação uma breve e tímida revisão histórica sobre os negros e a escravidão em Goiás, que serviu, no colóquio, de introdução para as análises apresentadas e para contextualizar a história apreendida pelo próprio Bernardo Élis, que fez dela um campo fértil e propício para as denúncias das condições de vida humana no cerrado goiano, expondo os modos de ser no mundo através dos dramas de seus personagens. Com aporte nas pesquisas dos palestrantes — Teixeira (2020 e 2010), Curado, J (2020) e Barbosa (2020) —, nas referências bibliográficas sobre Bernardo Élis e suas obras, buscando a intersecção entre a vida humana sobre a Terra e a escrita resultante da imaginação e da arte (DARDEL, 2015), é que traçaremos algumas conjecturas sobre a escravidão em Goiás (PALACIN, 1981; SALLES, 1992; LOIOLA, 2009), suas marcas na história e na alma dos goianos, visibilizadas pela poética presente na literatura bernardiana.

Palavras-chave. Bernardo Élis. Escravidão em Goiás. Literatura e História. Terra e Homem.

Abstract. This essay is the result of discussions that took place in one of the colloquiums promoted by the Bernardo Élis Cultural and Educational Institute for the Peoples of the Cerrado (Icebe) in April 2021, which dialogue proposal was the stigmas of slavery present in the works of this only author from Goiás immortalized by the Brazilian Academy of Letters. Three invited researchers presented their analyzes while the administrators of the event were responsible for a brief and shy historical review on people of colour and slavery in Goiás. It served at the colloquium as an introduction to the analyses presented and to contextualize the history learned by Bernardo Élis himself, which made it a fertile and favourable field for denunciations of the conditions of human life in the Cerrado of Goiás, exposing the ways of being in the world through the dramas of its characters. Anchored onto the researchers' lecturings: Teixeira (2020 and 2010), Curado, J. (2020) and Barbosa (2020), in the bibliographical references about Bernardo Élis and his works, seeking the intersection between human life on the Land and the writing resulting from imagination and art (DARDEL, 2015), is that we will trace some conjectures about slavery in Goiás (PALACIN, 1981; SALLES, 1992; LOIOLA, 2009), its marks in the history and soul of Goiás, made visible by the poetics present in Bernardian literature.

Keywords. Bernardo Élis. Slavery in Goiás. Literature and History. Land and Man.

Os Colóquios Virtuais

O Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (Icebe), é uma egrégora que aglutina escritores e pesquisadores que velam pela obra do único escritor goiano, até o momento, ingresso na Academia Brasileira de Letras (ABL). Esta sociedade cultural tem por objetivo preservar o acervo e o legado de Bernardo Élis, fomentar a cultura, a educação, a sustentabilidade ambiental e a responsabilidade social; ações nobres e ecumênicas como a obra de Bernardo Élis (www.icebe.com.br).

Nas programações do Icebe estão os colóquios mensais que propõem temáticas presentes na universalidade da literatura bernardiana e, foi assim, que no dia quatro de abril de dois mil e vinte e um, numa manhã de sábado, algumas dezenas de pessoas se reuniram em ambiente virtual — motivados pela necessidade de não aglomeração por causa da pandemia da covid-19 — para destacar e discutir os “Estigmas da escravidão: o negro na obra de Bernardo Élis”.

Com este tema, os palestrantes, Átila Silva Arruda Teixeira, João Guilherme da Trindade Curado e Wanderson Alves Barbosa expuseram suas impressões e análises sobre os escritos de Bernardo Élis, pinçando e dando visibilidade para a presença negra e as relações étnico-raciais no interior do Brasil e na constituição do ser no mundo do homem de todos os tempos, lugares e (entre)lugares.

Átila Silva Arruda Teixeira foi o primeiro a expor, o professor e pesquisador é graduado em Letras-Português, tem mestrado e doutorado também em Letras e Linguística, todos realizados na Universidade Federal de Goiás. Atua principalmente nos temas: Literatura e História, Literatura e Sociedade, Teoria e Crítica Literárias. Seu trabalho denuncia o pouco valor dado à obra de Bernardo Élis e o seu desconhecimento pelo grande público.

Com o título, “Do projeto ao romance: uma análise de *O Tronco*, de Bernardo Élis” (TEIXEIRA, 2010), sua dissertação de mestrado deixa transparecer seu envolvimento com a obra. Neste trabalho destacou aspectos importantes deste romance bernardiano que serviram de base para sua fala no colóquio. Pululam desta obra a violência e o abandono, mas, primando sempre por uma finalidade social que denunciam as relações de poder, presente no simbolismo do tronco — instrumento de tortura — e no conjunto da obra. Parte de uma tradição regionalista para trazer a lume a vida dos negros em Goiás nas décadas de 20 e 30 do século passado. Neste romance histórico, as condições deploráveis de sobrevivência dos seres humanos são utilizadas como subterfúgios para entender a degradação social da sociedade goiana naquele período,

resultado da incorporação desta ao cenário econômico nacional e internacional, o que transformou e acirrou as contradições na estrutura socioeconômica de Goiás.

Pouco mais de três décadas após a Abolição da escravidão no Brasil, *O Tronco* denuncia o uso da mão de obra rural como uma persistência das formas arcaicas de servidão, corrompia-se as práticas do trabalho assalariado, pois, o que vigorava era o regime escravista. O protagonista são os coronéis que exploram os trabalhadores, enquanto estes últimos lutam com seus pares — vaqueiros, jagunços e soldados — para defender quem os encabrestam. O tronco, aparelho de tortura advindo da escravidão, ilustra a história e reforça a manutenção das relações de exploração, antes contra os negros escravizados e utilizados na mineração, agora, amplia sua utilização para as gentes mestiças, figurando como fronteira entre um passado da dominação da “corte” formada e sustentada por grupos locais aliados ao Estado, e o novo que chega e desagrega o mundo rural, incorporando Goiás à economia de mercado e ao capitalismo internacional. No entanto, o que Bernardo Élis expõe é que a mudança na estrutura sócioeconômica não se processa integralmente, o passado insiste em permanecer e o novo não se consolida em sua plenitude.

João Guilherme da Trindade Curado, doutor e mestre em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Universidade Federal de Goiás; professor e pesquisador é graduado em História e tem diversos trabalhos publicados sobre sua cultura e sua gente; a experiência na área de História, Geografia, Patrimônio, Festas Populares, Tradição e Cultura, lhe autoriza a atuar em diversas temáticas, tais como: vestimentas, alimentação, paisagens, música, sentidos e impressões humanas nos diversos espaços de vivência. É membro atuante da Academia Pirenopolina de Letras, Artes e Música — Aplam —, o que o torna bastante próximo da literatura brasileira feita em Goiás.

No colóquio, Curado J. se apropria do fato de Bernardo Élis ter nascido em Corumbá de Goiás, povoado surgido sob a égide do ouro, nas primeiras décadas do século XVIII, e que utilizou a mão de obra de negros escravizados para a prospecção. O palestrante tece suas análises sobre o contexto, as memórias e as obras de Bernardo Élis numa paisagem que lhe é muito familiar, a região dos Pireneus de Goiás, *locus* de alguns dos primeiros aglomerados do Brasil Central, reluzidos e aquilatados pela exploração auríferas.

Na perspectiva do palestrante, o escritor, nascido no ano 1915, conviveu com e nos espaços das memórias de seus ascendentes, memórias estas responsáveis pelo esmiuçamento descritivo das relações humanas e das paisagens de seus contos, novela, poemas e romances. Curado J., investe no fato de que o escritor “coexistiu” com negros e seus descendentes, tanto

na infância em sua terra natal quanto na cidade de Goiás, a antiga capital do Estado, na sua adolescência, e na sua vida em Goiânia, já adulto e com suas convicções políticas já amadurecidas; esses fatos ligados à sua história de vida estão na obra *A vida são as sobras*, que estartam o percurso da temática proposta pelo colóquio. O palestrante segue destacando as diversas menções à população negra em Goiás, inserida no contexto histórico muito bem desenhado pelo autor, em três obras bernardianas: *Ermos e Gerais*, *Primeira Chuva* e *Veranico de Janeiro*. Nascido em uma família branca pertencente à classe dominante, como muitas vezes assevera quando faz referência ao seu berço, Bernardo Élis atenta para a miscigenação da população goiana pintando seus personagens de cores variadas e trazendo para o contexto da literatura um universo multicolorido de gentes vitimadas pelas condições sociais, políticas e econômicas que pouco foi alterada no transcurso da história no interior do Brasil e na periferia do capitalismo.

Wanderson Alves Barbosa, último a expor no colóquio, é escritor, professor e pesquisador; é graduado em Direito e Filosofia e tem especialização em Docência do Ensino Superior. O palestrante é membro do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os povos do Cerrado, ocupando a cadeira nº 50, cuja imortalizada é Cora Coralina. Barbosa, é também membro imortal da Academia de Letras e Artes de Anicuns, ocupando a cadeira nº 2, de quem é patrono o poeta negro Cruz e Souza, filho de pais alforriados.

Sua oratória partiu do romance *Chegou o governador*, ambientado nos anos de 1804 a 1809, cuja narrativa se desenvolve em torno da relação entre o capitão-general D. Francisco de Assis Mascarenhas, “português, natural de Lisboa, [...] descendente de um ramo da Casa Real de Bragança” (ÉLIS, 1998, p. 06) reinante em Portugal, e a jovem plebeia Ângela Ludovico, filha de uma das mais abastadas famílias da Capitania de Goiás. “A narrativa ficcional se entrecruza com a narrativa historiográfica numa simbiose harmônica, que impregna a ficção de grande verossimilhança e invulgar força narrativa” (CAMPOS, 2020, p. 01), deixando transparecer os costumes e as vivências de uma sociedade que vivia a decadência aurífera, o esvaziamento populacional, o abandono e a subsistência pautada nas fazendas agrícolas e de criação de gado.

Neste misto de realidade e ficção, é possível olhar para as condições históricas do negro escravizado, o cotidiano, o modo de vida, o papel social buscado nas entre linhas em meio ao protagonismo de uma sociedade escravagista, na maioria miscigenada e invisivelmente negra. A análise proposta foca a condição do negro escravizado presente na trama do romance

Chegou o Governador, de Bernardo Élis, em três prismas comparativos que identificam o negro como bicho doméstico, animal de carga e objeto de uso.

Assente nas pesquisas realizadas pelos três palestrantes sobre as marcas da escravidão nos personagens de Bernardo Élis e em estudos de autores que se ocupam com os negros na sociedade e na cultura brasileira é que este artigo se dilata, buscando enfatizar e visibilizar os negros escravizados ou não, e os estigmas naturalizados por uma sociedade que ainda hoje alimenta um racismo estrutural, plantado durante os anos de escravização da população africana trasladada para o Brasil e conseqüentemente para o seu interior, Goiás.

Na sequência do texto, propõe-se uma breve e tímida revisão histórica sobre os negros em Goiás que serviu, no colóquio, de introdução para as apresentações dos pesquisadores. História conhecida e apreendida pelo próprio Bernardo Élis, que fez dela um ambiente propício para as denúncias sociais e ambientação das emoções, afetos e fraquezas humanas no seu percurso pela vida. Os temas enaltecidos em toda a obra: a vida humana, suas prisões e impossibilidades de liberdade, são caros na poética bernardiana.

Finalizamos o artigo destacando que a Abolição da escravatura não foi suficiente para eliminar a opressão sob as etnias e os indivíduos que, estigmatizados pela cor e pela condição social, se prestam a uma “servidão voluntária”. A desigualdade social é denunciada por Élis através de sua literatura, dado que suas escritas revelam seres e corpos abjetos e marginalizados, cujo desfecho é, quase sempre, a morte. É muito revelador o caminho que o escritor encontrou para provocar os leitores e tirá-los da letargia.

A Escravidão em Goiás

A licitude da escravidão chega ao Brasil, segundo Palacin, com a primeira expedição chefiada por Martin Afonso de Souza, em 1537. Isto atesta o fato de que os portugueses, desde os primórdios da colonização do Brasil, “aplicaram seus métodos africanos de colonização por meio do trabalho escravo” (1981, p. 69). Aos donatários dava-se o direito de fazer escravos, para si, para os navios e para vender, tudo isso livres de impostos. O sistema de escravização do outro, aqui primeiro foram os indígenas, se dava por meio do “salteio” cuja prática era: “chegava um barco à costa para negociar, subiam os índios confiados, e, quando estava cheio deles, de repente levantava âncoras, tomando-os todos como escravos para serem vendidos no mercado mais próximo” (p. 70). Havia ainda o “resgate”, podia ser uma simples troca de índios feitos escravos por perder a guerra, ou por “extrema necessidade” quando um pai vendia os

filhos, e ainda, os escravos voluntários que fugiam dos aldeamentos dos padres para as casas dos portugueses e, por fim, os que se entregavam como escravos empurrados pela fome.

Lisboa, na época, já era a capital do tráfico de escravos africanos, a prática comercial já se consolidava e servia de modelo para a implantação no “novo mundo”, não inventara a prática, mas a consolidara com muita competência, “com seu assentamento na costa africana, e a colonização das ilhas — Madeira, Santo Tomé — Portugal havia ‘modernizado’ antigos usos da Reconquista na escravização dos mouros cativos, e se tinha lançado ao tráfico de escravos” (PALACIN, 1981, p. 69).

A escravização do “gentio” não foi aplicada em grande escala dada à necessidade de uma negociação e uma política de proximidade com os indígenas devido ao tamanho do território, que precisava ser desbravado, e somente os “da terra” conheciam a natureza do lugar; bem como o número expressivos de povos em detrimento dos pequenos núcleos colonizadores. Assim, as relações entre colonizadores e colonizados, entre um grupo racial dominante e um grupo racial dominado, desde os primeiros anos estavam fundados nos interesses comerciais dos exploradores, e isso vinha estruturado no dolo e na violência.

O espaço de vida de Bernardo Élis, o atual Estado de Goiás, e que fora o palco de suas histórias imortalizadas por intermédio de sua arte, tem seu nascedouro em um dos pequenos vilarejos, nas primeiras décadas do século XVIII. As minas de ouro de Corumbá de Goiás, cidade natal de Élis, datam, segundo a tradição, do ano de 1729 (CURADO, R. 1997, p. 15). No local, havia uma grande mata pertencente aos índios caiapó que protagonizaram ataques aos portugueses e paulistas mineradores, escravos africanos e indígenas — que acompanhavam as bandeiras mineradoras.

No tocante aos escravos, segundo Salles, “oficialmente, o primeiro comboio de negros chegou a Goiás em 7 de setembro de 1752” (1992, p. 229). Mas, os poucos estudos e as incertezas não permitem quantificar a população escrava que adentrou a capitania, portanto, “não há estatísticas de quantos africanos foram trazidos a Goiás” (LOIOLA, 2009, p. 23) — o que imperava era a corrupção, a sonegação e o contrabando — contrabando de ouro e de gente, gente preta. “Preto era a designação dos indivíduos trazidos da África” [...], são denominados de pretos os minas, angolas, nagôs, congos, benguelas, entre outros” (p. 40), apesar de suas diferenças “todo mina era preto, mas nem todo preto era mina” (p.40). Nesse sentido, concordamos com Loiola, “se essa classificação, por um lado, encobre vários grupos étnicos, cujas trajetórias dificilmente podem ser reconstituídas, por outro, não nos exime de refletir sobre elas” (2009, p. 40).

Os africanos, ainda segundo Loiola (2009), vinham do porto da Bahia para Meia Ponte (Pirenópolis atual) pelo “caminho do sertão”, em rota terrestre, margeando “o rio São Francisco até chegar ao registro do Duro, no arraial de São José do Duro, norte de Goiás” (p. 32) de onde partiam rumo a outros núcleos de extração de ouro, Corumbá de Goiás, por exemplo, e se fundiam à população já escravizada. O lugar do Duro, já no século XVIII, adentra na historiografia goiana e vai servir mais tarde de espaço do embate de que trata o romance histórico *O Tronco*. Se durante a mineração, no século XVIII, era rota do comércio de cativos, no romance, a narrativa circunscreve os anos de 1917 e 1918, é cenário da trágica briga por poder e território envolvendo os coronéis detentores de grandes extensões de terras e gado, e tudo que as relações aí engendradas representaram e representam na compreensão da degradação da sociedade goiana desta e de outras épocas.

Retornando ao passado da mineração no território goiano, atesta-se que não foi numerosa a mão de obra escrava como em outras áreas de mineração do Brasil. Em 1736, pelos mapas de capitação, havia 10.263 trabalhadores nas minas, entre escravos e forros (SALLES, 1992, p. 231). O ápice foi atingido em 1804, com 19.834 cativos e, a partir daí, decresceu, tornando usual a venda e a alforria devido à queda na extração do ouro, chegando a 1832 com 12.348 escravos (SALLES, 1992, p. 276).

A sociedade goiana ao longo período da mineração do ouro dividia-se em três classes: os brancos, os pardos forros e os escravos. Contudo, o desnível quantitativo entre as classes era relevante, em 1804, por exemplo, de um total de 50.764 habitantes na Capitania pouco mais de 14% da população eram de brancos, os pardos e negros compunham os quase 86% da população — é uma população mestiça. Os homens livres, na época, correspondiam a mais de 62% dos habitantes (PALACIN, 1979).

O francês Auguste Saint-Hilaire em sua viagem à Província de Goiás, em 1819, visita o Engenho de São Joaquim, de propriedade de Joaquim Alves de Oliveira, um dos homens mais ricos da Província. O que encantou o nobre europeu, dentre outros, foi tratamento dado aos seus escravos, que consistia

em mantê-los bem alimentados e vestidos decentemente, em cuidar deles adequadamente quando adoeciam e em jamais os deixar ociosos. Todo ano ele promovia o casamento de alguns, e as mães só iam trabalhar nas plantações quando os filhos já podiam dispensar os seus cuidados. As crianças eram então confiadas a uma só mulher, que zelava por todas. Uma sábia precaução fora tomada para evitar, tanto quanto possível, as ciúmadadas e as brigas: os quartos dos solteiros

ficavam situados a uma boa distância dos alojamentos dos casados (1975, p. 98-99).

Para além desses cuidados com a organização social, os cativos também integravam a economia do lugar como consumidores, “Joaquim Alves instalara em sua própria casa uma venda onde os negros podiam comprar as coisas que são geralmente do agrado dos africanos. Nas suas transações o algodão fazia o papel do dinheiro” (1975, p. 99).

Surpreendia os viajantes que por aqui passavam, esta paisagem humana escurecida pela cor dos homens e amalgamada numa estrutura social que se consolidava nas mãos de poucas famílias que sobreviveram ao fim da mineração. Esta minoria que compunha a classe dirigente concentrava a pouca riqueza e os poderes, “para ser eleito ou escolhido para os cargos administrativos locais (vereador, juiz ordinário, etc.) era necessário pertencer ao número dos ‘homens bons’, formado das famílias tradicionais” (PALACIN, 1989, p. 36).

Endurecida as regras do tráfico de escravos para o Brasil, o que elevou seu valor, mas não diminuiu a necessidade da sua mão de obra, que era imprescindível para o funcionamento do sistema econômico. Considerado, nas pesquisas de Gomes, como o maior território escravocrata do ocidente, o Brasil recebeu “5 milhões de africanos cativos, 40% do total de 12,5 milhões embarcados para a América” (2019, p. 24), ainda no contexto nacional, “na época da Independência, praticamente todos os brasileiros livres eram donos de escravos, incluindo inúmeros ex-cativos que também tinham seus próprios cativos” (2019, p. 25).

Apesar de ser mão de obra essencial para a mineração, o número de escravos começou a reduzir a partir do início do século XIX, devido aos problemas ligados à sua importação, que elevavam os preços, bem como pelo fato de as minas já não se acharem tão prósperas. A preferência pelos escravos machos fazia com que faltassem escravas, comprometendo a reprodução. Havia ainda as constantes fugas e eram precárias as condições de vida dos escravos nas minas, onde se extraía o máximo de trabalho com intento de rápido retorno do capital investido. “Em 1804, existiam 40% de escravos entre o total da população goiana. Em 1872, essa proporção era de 7% de escravos” (OLIVEIRA, 2001, p. 64). Cerca de uma década antes da abolição, Goiás possuía pequena população cativa, mas uma considerável população negra.

A diminuição da mineração afetou a sociedade goiana que se ruralizou e passou para uma economia de subsistência. O concubinato foi assíduo no sistema e um dos responsáveis pela hibridação cultural, daí proliferaram-se os bastardos, que conseguiam mais facilmente a alforria pelos laços consanguíneos, sendo comum também a mancebia, com a qual a prole se beneficiava. Fato comprovado nos levantamentos genealógicos de Jarbas Jayme (1973), sobre

as famílias pirenopolinas, que elencou e relatou de forma ímpar as famílias estabelecidas em Meia Ponte, nos seus primórdios e, que nos aportando para exemplificar como as relações socioculturais foram sendo moldadas, resultando numa sociedade que inspirou Bernardo Élis. Os ensaios genealógicos são compostos por cinco volumes, sendo apenas um capítulo, o último dedicado às famílias de origem africana. A descendência de Silvana, escrava do padre Antônio da Costa Teixeira, relatada por Jayme é ilustrativa: uma de suas filhas, Eufêmia de Gouveia, batizada a 12 de setembro de 1820,

foi doada, por aquele sacerdote, a seu sobrinho, major Joaquim da Costa Teixeira que, em 6-1-1838, concedeu-lhe carta de alforria, pois já era ela sua amásia. Foram-lhe padrinhos, na cerimônia do batismo, o sacerdote batizante, Luiz Gonzaga de Camargo Fleuri e Ana Francisca de Melo. Pessoas que a conheceram nos transmitiram que “fora ela uma bonita morena” (1973, p. 414).

Os filhos desse casamento compuseram famílias, como a Tomaz de Aquino, que não estão descritas por Jarbas Jayme no rol das famílias africanas, seria por não se sentirem ou não serem vistos como descendentes de negros? Talvez. Outro exemplo, é o da escrava Leocádia Pereira, nascida por volta de 1860, matriarca de numerosa família que por estar ausente na obra genealógica de Jarbas Jayme — *servus non habent personam*: um sujeito sem corpo, sem antepassado —, suscitou uma pesquisa focada em “documentar a genealogia e apresentar uma versão da história da família Jaime” (JAIME, 2016, p. 21), trazendo a lume toda linhagem afrodescendente da segunda esposa do Coronel Jaime.

Na Pirenópolis do século XIX, havia vários exemplos dos tipos de relações descritas acima, sendo mais habituais ainda as que não passavam pela institucionalização da Igreja. Em outra obra de Jayme, Jaime (2002) sobre a história das casas da cidade, os autores expõem que não era rara a doação de habitações para presentear ex-escravas. Um exemplo é a casa construída pelo Coronel Joaquim Luiz Teixeira Brandão para sua ex-escrava Inocência, o imóvel está localizado na Rua Direita, uma das primeiras ruas da cidade (JAYME, JAIME, 2002).

Destarte foi moldando uma sociedade sustentada pelo trabalho escravo e caracterizada pelo pouco apreço às regras sociais imposta tanto pela Coroa quanto pela Igreja. As misturas entre negros, brancos e indígenas de forma substancial não impediu que se constituísse relações estigmatizadas, desse modo seguimos exemplificando Pirenópolis, em que se criou entre as famílias “uma divisão nítida englobando os negros: há os Pina brancos e os Pina negros; assim

se dá com os Jayme, Mendonça e inúmeros outros troncos familiares” (LÔBO; CURADO, 2009, p. 4). Não são poucos os relatos de famílias oriundas de alguma índia roubada, “pega no laço”.

Loiola destaca o racismo colonial fruto da miscigenação que, apesar das proibições e dos preconceitos, ocorria com frequência, negros e mulatos eram discriminados por causa da associação com a escravidão. “A nação africana desapareceu lentamente entre os escravizados, mas deixou como herança os estigmas da cor a seus descendentes” (2009, p. 134).

Esta sociedade estratificada, preconceituosa e imbrincada de valores urbanos herdados da mineração e valores rurais que consolidava nova estrutura política e social, é descrita por Oliveira num estudo sobre a casa meia-pontense:

no século XIX, em terras goianas apareceram as mesmas características da família patriarcal de Freyre, ou seja, a submissão da mulher, a dependência dos filhos em relação ao pai, os casamentos endogâmicos, a sexualidade permissiva para o homem e repressiva para a mulher e, principalmente, as relações de interesse e poder mantidas pelo senhor proprietário em relação aos parentes, agregados, escravos, afilhados, compadres e outros (2001, p. 62).

O negro que habitava a *urbis* e dominava as técnicas da prospecção do ouro cedeu lugar ao negro agricultor e morador dos engenhos e fazendas. Quem eram e como viviam estes negros e seus familiares são questões que instigam. A literatura de Bernardo Élis denuncia sua existência e os mantém vivos e presentes, possibilitando acompanhar seus percursos de vida e entendê-los como sobreviventes, por ter conseguido reinventar suas existências. Os poemas, novela, romances e contos bernardianos são povoados por esta gente mestiça, a sociedade goiana de todos os tempos e lugares nunca fora monocromática, pois, “é esse universo polifônico e multifacetado” (SCHWARCZ, 2006, p. 13).

Da Escravidão à Servidão

A visível presença do negro no passado, como escravo de minas (século XVIII) ou de fazendas (século XIX) se tornou invisível enquanto sujeitos étnicos na atualidade. Carlos Rodrigues Brandão, o antropólogo, no seu estudo sobre os negros em Goiás, numa análise crítica sobre “o negro de hoje visto pelo branco de agora” (2004, p. 283), sustenta que “numa visão-limite” as formas híbridas que vão dos pretos, passando pelos mestiços e chegando nos brancos, vão culminar num “rebranqueamento”, dessa forma há o desaparecimento do negro, o clareamento do mestiço e a multiplicação do branco, “de uma polarização inicial entre ricos-

livres-brancos e pobres-escravos-negros, a história conduz [...] a uma oposição reduzida a um termo: somem os negros, apagam-se os mestiços e, como restam apenas os brancos, já não há mais sentido falar sobre os primeiros”(2004, pp. 311-312) Brandão, denuncia o fato do negro ser cada vez mais a exceção demográfica e da memória.

Asseverar que os negros miscigenaram ou que não se destacaram no meio social goiano, não parecem conclusões satisfatórias para explicar a constituição de uma sociedade que alicerçou seu desenvolvimento econômico, por quase dois séculos, na mão de obra negra escrava e que, depois deste período, ainda recebeu levas de migrantes da Bahia e de Minas Gerais, muitos dos quais negros também. Chamada por Brandão de

sujeito provisório na história do lugar, raça e cor da pele que se dissolve em outros — no mestiço agora, no branco um dia —, a pessoa do negro ocupa um espaço tão limitado quanto o tempo em que existe, como a identidade múltipla aos olhos do não-negro, mas sempre indefinida e tomada a partir de um eixo de símbolos situado fora de si mesmo (2004, p. 314).

Vivem como subalternos, como a maioria dos mestiços e brancos pobres. São, como afirma Brandão, “negros no seu lugar” que vivem o “preceito ativo do preconceito ocultado” (2004, p. 315), ou seja, são gente boa, ordeira, pobre, porém honesta e trabalhadora enquanto estiverem sob o controle da sociedade, cumprindo o papel que lhes fora designado e comportando-se de forma “civilizada”.

Segundo DaMatta, para se ter uma compreensão mais aguçada das relações raciais vigentes no Brasil, buscando o sentido mais profundo do que seria a “mistura de raças” tão propalada que, em função do acasalamento, resultou num povo miscigenado, mestiço, híbrido, mas, potencialmente degenerado, o “mais-ou-menos”, o intermediário; procurando ajuda para entender o “racismo à brasileira” e o “nosso famoso triângulo racial”, é necessário saber que

o preconceito racial era muito mais claro, visível e contundente nas sociedades igualitárias. Mas em sociedades hierarquizadas e pessoalizadas como o Brasil, a gradação e o clientelismo diluem o preconceito que sempre pode ser visto como dirigido contra aquela pessoa e não contra toda uma etnia. Daí a nossa crença em que não temos preconceito racial, mas social, o que, tecnicamente, é a mesma coisa. Numa sociedade onde somente agora se admite não existir igualdade entre as pessoas, o preconceito velado é uma forma muito mais eficiente de discriminar, desde que essas pessoas “saibam” e fiquem no seu lugar (DAMATTA, 2004, p. 26).

Bernardo Élis, ao narrar suas histórias e apresentar a forma desumana do tratamento dispensado a gente preta, como revela a cena da escrava envolta em uma camisola de algodão e descalça, dormindo aos pés da cama de sua senhora, ou deitando com seu senhor, e ainda o moço escravo, “o Antimoo”, parceiro habitual de seu dono, são exemplos de situações postas no romance *Chegou o governador* — destacadas e analisadas por Barbosa (2020) —, que para além da mostra de costumes e vivência do período colonial denunciam as maneiras como os negros escravos eram tratados: “animal de carga, objeto de uso e bicho doméstico”. Estas narrativas presentificam ações e demonstram

a boa vontade de gente que denuncia e alerta para a clareza da razão dos fatos; gente que não tem medo de ser agente da mudança e gerador do debate como é o caso de Bernardo Élis que fez de sua literatura uma grande máquina motriz de movimentação e discussão social (BARBOSA, 2020, p. 16).

Atualizando e dando voz aos silêncios e omissões que os séculos mascararam, as compreensões das vivências escravas encobrimo com teorias do “mito da democracia racial” e da convivência harmoniosa, abrindo caminho para o entendimento dos cativos, segundo Schwarcz (2006, p. 12), “como sujeitos do seu próprio processo histórico”. E, para além, “de resto, quem sabe, tudo isso se justifique pela importância de ‘lembrar’ e de não fazer do passado uma fonte para o esquecimento” (p. 19).

A escravidão está por toda a parte, suas marcas e estigmas perpassaram o tempo, não pode estar circunscrita e emoldurada em cenas estáticas e estetizadas das memórias e calcificadas por uma história pretérita. Ela é presente e está misturada no mundo objetivo das relações cotidianas e nas subjetividades que invadem nosso ser e nos desloca para ação, eis as angústias que conviveram com Bernardo Élis e o moveram para produzir obras tão ativas e atuais que nos mobilizam a pensar e agir.

As chagas abertas pelo processo de escravização do outro e a tentativa histórica de justificar o injustificável — a escravidão — nos instiga a entender o sentido de tudo isso, o porquê de tanto sofrimento e como ainda alimentamos este sistema e o mantemos vivo, já que os estigmas permanecem. Buscando um caminho para esta compreensão nos aportamos nas reflexões que Chaui faz da obra do francês Étienne de La Boétie, na abordagem sobre a “servidão voluntária”, analisando seus meandros e suas implicações.

Segundo Santiago, Étienne de La Boétie, nasce a 1º de novembro de 1530 e falece em 18 de agosto de 1563, estudou direito, era poeta, tradutor de clássicos gregos e um humanista

que nos legou, em seu pouco tempo de vida, os “vigorosos documentos da reflexão política, o *Discurso da servidão voluntária*” (2013, p. 07). La Boétie foi contemporâneo das primeiras expedições portuguesas que chegaram ao Brasil e se utilizaram dos métodos do “salteio” e do “resgate” para aprisionar os indígenas; já estava em curso na África, — “desde 1444, com o registro do primeiro leilão de africanos escravizados em Portugal” (GOMES, 2019, p.11) — a implantação dos métodos africanos de colonização por meio do trabalho escravo, que de voluntário não tinha nada.

O tema da servidão, fundamentado na reflexão política do francês La Boétie, estão no livro *Contra a servidão voluntária*, uma coleção de Escritos de Marilena Chaui (2013), resultantes de suas análises sobre o enigma da servidão embasadas nas leituras que a filósofa tem da obra de La Boétie. Chaui, ao apresentar a causa do paradoxo designado por La Boétie como servidão voluntária, descreve como o francês responde à questão da servidão:

os homens desejam servir porque não amam a liberdade. Assim não fosse, como explicar que o tirano, possuidor de dois olhos, dois ouvidos, duas mãos e dois pés, apareça com dois mil olhos e dois mil ouvidos para espionar, duas mil mãos para degolar, dois mil pés para pisotear? Onde conseguiu esse “corpo” monstruoso? “De vós”, escreve ele, “porque lhes dais vossos olhos e ouvidos, vossas mãos e vossos pés para que vos destrua” (2013, p.106).

Numa sociedade desigual como a nossa que naturaliza a opressão de uma classe sobre a outra e que, como afirma DaMatta, “enquanto isso não for discutido e praticado, ficaremos sempre usando a nossa mulataria e os nossos mestiços como disfarce para um processo social marcado pela desigualdade” (2004, p. 26). E, nesse processo todos são servis, tanto os dominantes quanto os dominados. Assim seguimos com a análise de Chaui sobre La Boétie,

os primeiros servem a tirania porque também desejam tiranizar — cúmplices e adutores do poder, se entredevoram, fazendo da subserviência e da arrogância molas de sua precária autoridade. Os dominados, porém, servem porque se sabem impotentes diante da força tirânica, multiplicada pelos tiranetes (CHAUI, 2013, p.106).

Realmente é um embate difícil, sentimos isso ao contactarmos os personagens bernardianos, é desumano o que acontece com André o Louco, com Joana, Piano, para citar alguns, mas também é incompreensível a maldade praticada por seus algozes. Bernardo Élis faz da sua literatura um instrumento contra essa estrutura historicamente construída. Não percebemos seus dramas como ficção, nos angustiamos diante dos fatos narrados por perceber

neles uma realidade próxima e sentimos que precisamos agir. La Boétie, nos textos analisados por Chauí, diz que não podemos combater e lutar contra o tirano, “basta não lhe dar o que vos pede, deixá-lo enfraquecer por falta do vosso sangue” (2013, p.106).

O caminho de luta trilhado por Élis foi a literatura, nem tanto a política partidária, sua militância o fez perceber as dificuldades das relações de forças que percorrem a sociedade estruturada no: um manda e o outro obedece. Em *A vida são as sobras*, afirma que sua

literatura tem como base a alienação humana e a ideologia que nos é imposta. E nesse aspecto oferece originalidade. Não se submete a subjetivismos metafísicos nem a influências mágico-religiosas, e procura fugir às aparências e abordar o lado real (ÉLIS, 2000, p. 100).

A consciência que tem da realidade não o impediu de poetizar, “Bernardo Élis dos romances históricos, dos poemas modernistas, das crônicas eruditas, dos contos regionais. Bernardo, que rima com Goiás!” (CURADO, B., 2020, p. 1). E, nesta relação poética com Goiás Élis aproxima o homem e a terra, ao narrar o ambiente de suas histórias vai descortinando um mundo cheio de gente pobre, preta, submissa, “farrapos humanos”. Curado J. (2020), atenta para o fato indicando que quando Bernardo Élis faz referência aos habitantes da Vila do Duro dizendo que estes são:

“tipos sociais” que o autor insiste em afirmar serem fictícios, não provém de retratação, modelo ou semelhança com pessoas existentes ao longo dos tempos. No entanto, é possível imaginar parte das tramas em que se envolvem no decorrer do texto, pois muito mais que indivíduos, carregam em si traços de coletividades que representam as poucas opções do existir em Goiás nas décadas presentes no romance (2020, pp. 3-4).

Um Goiás desconhecido e descolado do Brasil, da primeira metade do século XX, um Estado periférico e à margem do desenvolvimento do litoral brasileiro, que cunhou uma história marcada pelo dolo, pela violência, corrupção, contrabando, sonegação e, o pior de todos os males, a alienação. Élis, naturaliza objetificando seus personagens humanos, comparando-os com bichos, animalizados, vistos como mercadoria e objeto de uso; por outro lado antropomorfiza a natureza humanizando o cerrado, como confessa: *ermo* é deserto, solitário, como era o planalto central do Brasil; e *gerais* lugares desabitados, inaproveitados (ÉLIS, 2000).

Como artista da literatura seu compromisso é com as emoções, as sensibilidades e a imaginação, Bernardo Élis transcende e recheia suas obras de saberes cotidianos e argumentos bem embasados na realidade histórica e, à sua maneira, abre caminhos pelas paisagens *cerratis* para expor valores humanos e conhecimentos de mundos. Sua linguagem, “regional-coloquial”, é dirigida a uma classe específica, pois, sua literatura põe

a nu as mazelas da única camada social que poderia ler, as dos alfabetizados, todos eles integrantes da classe dominante dos latifúndios ou a ela ligados pelos laços da burocracia, do magistério, magistratura e cargos e funções eclesiásticas (ÉLIS, 2000, p. 100).

O conjunto de sua obra amplia a noção que temos de modos de ser, de viver e de falar dos seres humanos e das civilizações, na acepção de um formalismo que valoriza as questões estéticas, num conjunto que considera a forma, o conteúdo, a temática, o contexto histórico e todos os elementos imprescindíveis de uma obra que se coloca universal. Élis apresenta uma relação concreta e interessada com Goiás e sua gente, aquilo que Dardel denominou de “geograficidades”, ou seja, sua narrativa descreve, decifra e esclarece as formas e os conteúdos das paisagens goianas. É assim que as águas do Corumbá “roncavam e cambalhotavam espumejantes na noite escura que cegava os olhos, varrida de um vento frio e sibilante” (ÉLIS, 2005, p. 10). A relação primitiva e íntima do escritor com seu lugar, apesar de cotidianos são surpreendentes, há cumplicidade na apreensão do mundo, como pode ser observado no trecho de *O tronco*:

a noite continuava meio fria, feia, nublada, com grandes nuvens esgarçadas e baixas sujando o céu. Uma neblina caía molhando tudo. Lá se foram os cargueiros, o oficial, os soldados. Alguns, a pé, outros montados. Até os sapos na grota pararam de coaxar, até os grilos nas moitas suspenderam seu cricrilar de sono para deixar a caravana passar, ir embora. Só os cães latiam desesperadamente. A vila dormia (ÉLIS, 1974, p. 147).

A experiência resultante da cumplicidade entre o homem e seu lugar de existência permitem a apreensão de um mundo dotado de vida, potência e dinamismo próprio. Neste sentido, o espaço geográfico descrito assume caráter antropocêntrico de interpretação, é o habitar do humano. “Existe uma zona de convergência entre a escrita do homem sobre a Terra (primeiro sentido de ‘geografia’) e o território do humano que a cultura letrada vem mapeando, com a imaginação e a arte da palavra” (NUÑEZ, 2010). A paisagem descrita acima, retirada do romance *O Tronco* coloca em questão, nas análises de Dardel,

a totalidade do ser humano, suas ligações existenciais com a Terra, [...] sua *geograficidade* original: a Terra como lugar, base e meio de sua realização. Presença atraente ou estranha, e, no entanto, lúcida. Limpidez de uma elação que afeta a carne e o sangue (2015, p. 31).

Ao mergulharmos nas histórias de Bernardo Élis somos conduzidos a pensar na sua percepção de mundo, somos levados pelo seu imaginário, mergulhamos no espaço físico e nos deparamos com um cerrado exuberante que amalgamado com o homem torna possível a experiência do existir; todo este arcabouço literário desperta consciências para além da materialidade das coisas e objetos, e revelam as essências culturais, sociais e políticas do homem; ou, nas suas palavras, “procura fugir das aparências e abordar o lado real” (ÉLIS, 2000, p. 100).

Considerações

Com um perfil humano marcado pela timidez e pelos medos, Bernardo Élis, sempre confiou na sua esperteza para vencer os inimigos, desse modo, desenvolveu a “capacidade de correr e correr velozmente em ziguezague (quebra-cangalha)” (ÉLIS, 2000, p. 205), assim, seus ótimos sentidos, sua leveza, suas ações inconscientes, dando uma cangalha nos erros e equívocos da sua vida pessoal, Élis construiu uma estrutura narrativa peculiar, mesclando o local ao universal. Poucos foram os literatos que, de forma competente aliaram e costuraram o contexto histórico às divagações e inspirações poéticas para trazer à compreensão humana a experiência de ser no mundo.

“Foi na literatura que me afirmei mais completamente e foi ela, inegavelmente, a razão de minha vida, inegavelmente tentei, por meio da literatura, compensar-me das perdas de outros setores” (ÉLIS, 2000, pp. 216-217). Desse modo, mascarando a timidez e desafiando a si mesmo, os escritos desse goiano que não tem uma vasta obra em números de publicações, mas que de tão profundas e universalmente postas, suas premissas e análises, permitem uma, senão várias catarses, possibilitando experiências infinitas para quem as lê e vivências singulares que nos dão conta da grande aventura de viver na Terra e de se compreender enquanto ser humano.

Nos Colóquios promovidos pelo Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis Para os Povos do Cerrados temos a oportunidade de conhecer o legado bernardiano ampliando nossa erudição e aprofundando a interpretação das temáticas propostas nas discussões com tantos intelectuais, artista e artistas-intelectuais. Esta experiência de convivência com Bernardo Élis

tem nos conduzido à aprendizagem do pensar, analisar e combater as condições de opressão vivida pelos homens em busca de sua liberdade.

Para não concluir e seguir neste movimento de buscar o ser no tempo, de ir ao encontro de vivências humanas pretéritas para compreender o sentido de ser e estar neste mundo, seguimos na angustia de saber o que o poeta já sabia, “o passado não reconhece seu lugar: está sempre presente” (QUINTANA, 2006, p. 284). Assim, tecemos esta prosa sobre o negro na obra de Bernardo Élis, sabendo que ela é pertinente na medida em que traz para o presente estes e outros diálogos, com destaque para os processos de lutas contra as desigualdades, a opressão e o racismo.

Referências

BARBOSA, W. A. Bicho doméstico, animal de carga, objeto de uso. A condição do negro escravizado no romance chegou o governador de Bernardo Élis. In: **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**. V. 9, N. 4, 2020. Seção Especial Bernardo Élis. 1-18.

BRANDÃO, C. R. **De tão longe eu venho vindo**: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 2004, 412p.

CAMPOS, I. “Chegou o Governador”, de Bernardo Élis, é um romance trançado na teia da história. **Jornal Opção**, domingo, 19 de julho 2020.
<https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/chegou-o-governador-de-bernardo-elis-e-um-romance-trancado-na-teia-historica-268781/> Acessado: 18 de outubro de 2021.

CHAUÍ, M. **Contra a servidão voluntária**. Org. Homero Santiago. Belo Horizonte: Autêntica Editora, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. 205p.

CURADO, B. A. A. J. F. Bernardo Élis Fleury de Campos Curado: Literatura, alma goiana e sentimento. In: **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**. V. 9, N. 4, 2020. Seção Especial Bernardo Élis. p. 1-8

CURADO, J. G. T. Cotidiano no sertão de “O Tronco”. In: **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**. V. 9, N. 4, 2020. Seção Especial Bernardo Élis. 1-20

CURADO, R. **Corumbá de Goiás: estudos sociais**. Brasília: Editora Ser, 2ª Ed., 1997. 216p.

DAMATTA, R. **O que é o Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004. 74p.

DARDEL, E. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015. 159p.

ÉLIS, B. **Ermos e Gerais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 247p.

ÉLIS, B. **A vida são as sobras**. Goiânia: Kelps, 2000. 230p.

ÉLIS, B. **Chegou o governador**. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998. 170p.

ÉLIS, B. **O tronco**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974. 303p.

GOMES, L. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares, Vol1, 1. ed., Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. 479p.

INSTITUTO CULTURAL E EDUCACIONAL BERNARDO ÉLIS PARA OS POVOS DO CERRADO. <http://icebe.com.br>. Acessado em 26 de outubro de 2021.

LÔBO, T. C.; CURADO, J. G. A espacialidade do negro em Pirenópolis – Goiás. In: **Anais do Seminário Nacional sobre Geografia e relações étnico-raciais**: campos de pesquisa e perspectivas de ensino. Goiânia: LaGente/IESA/UFG, 2009. 1-5p.

LOIOLA, M. L. **Trajetórias para a liberdade**: escravos e libertos na capitania de Goiás. Goiânia: UFG, 2009. 152p.

JAIME, N. **Família Jaime/Jayme**: genealogia e história. Goiânia: Kelps, 2016. 1.148p.

JAYME, J. **Famílias Pirenopolinas**. Goiânia: UFG, 1973. (Cinco volumes).

JAYME, J.; JAIME, J. S. **Casas de Pirenópolis**. Goiânia: UCG, 2002. (Dois volumes).

NUÑEZ, C. F. P. Uma odisseia no espaço: a Geografia na Literatura. In: ROSENDAHL, Z., CORRÊA, R. L. **Temas e caminhos da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. pp. 73-113.

OLIVEIRA, A. M. V. de. **Uma ponte para o mundo goiano do século XIX**: um estudo da casa meia-pontense. Goiânia: Agepel, 2001, p. 62

PALACÍN, L. e MORAES, M. A. S. **História de Goiás**. 5ª ed., Goiânia, UCG, 1989, 124p.

PALACÍN, L. **Sociedade Colonial (1549-1599)**. Goiânia, Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1981, 234p.

PALACÍN, L. **O século do ouro em Goiás**. 3ª ed. Goiânia, Oriente, 1979, 176p.

QUINTANA, M. **Poesia Completa em um volume**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2006. [POESIA_COMPLETA_-_MARIO_QUINTANA-with-cover-page-v2.pdf](#) (d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net). Acessado em: 28 de outubro de 2021.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem à província de Goiás**. Tradução de Regina Regis Junqueira. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. 1975.

SALLES, G. V. F. de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: UFG, 1992

SANTIAGO, H. Apresentação. In: CHAUI, M. **Contra a servidão voluntária**. Org. Homero Santiago. Belo Horizonte: Autêntica Editora, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 1-10.

SCHWARCZ, L. M.; GARCIA, L. (org). **Registros escravos**: repertório das fontes oitocentistas pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2006. 241p.

TEIXEIRA, Á. S. A. O triunfo da ficção: o trânsito entre a História e a Literatura. In: **Revista Sapiência**: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais. V. 9, N. 4, 2020. Seção Especial Bernardo Élis. 1-21.

TEIXEIRA, Á. S. A. **Do projeto ao romance**: uma análise de *O tronco*, de Bernardo Élis. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 2010. 129p. Dissertação de mestrado.

SOBRE A AUTORA

Tereza Caroline Lôbo

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2011), mestra em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2006), especialista em História do Brasil Contemporâneo pela Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão (1994) e licenciada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão (1989). Professora aposentada - Secretaria Estadual de Educação de Goiás. Na Universidade Estadual de Goiás lecionou e coordenou os cursos de licenciatura em Geografia e em História e o curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, coordenou a pesquisa, com bolsista CNPq, e orientou trabalhos de conclusão de curso. Exerceu o cargo de Secretária de Educação de Pirenópolis. Desenvolve pesquisas com ênfase em Festas Populares, atuando principalmente nos seguintes temas: festa, tradição, turismo, moda e sociedade e cultura.

Recebido em setembro de 2021

Aceito para publicação em novembro de 2021

Publicado em novembro de 2021